

TECENDO LEITURAS: PRÁTICAS DE LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Lilian de Souza Batista Silva¹

¹UFRN/FELCS e G-Pieford/CNPq/FELCS/UFRN, Currais Novos/RN, Brasil,

lilian.souza@ufrn.br

RESUMO: A leitura literária constitui prática essencial à formação escolar; contudo, nos anos finais do Ensino Fundamental, observa-se o distanciamento progressivo dos estudantes das obras literárias, com impactos na compreensão textual, na escrita autoral e na oralidade. Este artigo apresenta e analisa o projeto Tecendo Leituras, desenvolvido em 2024 na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, em Lagoa Nova/RN, com turmas do 6º ao 9º ano. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado em pressupostos sociointeracionistas de linguagem e na concepção de literatura como direito humano. O objetivo central consistiu em desenvolver e consolidar competências leitoras, escritoras e orais por meio da articulação entre leitura mediada, contação de histórias, produção textual e práticas dialógicas. Metodologicamente, foram realizadas leituras compartilhadas, círculos de leitura, dramatizações, oficinas de escrita, releituras artísticas e uso de tecnologias digitais. Os resultados evidenciam maior engajamento discente, ampliação do repertório linguístico, avanços na organização textual e fortalecimento da oralidade. Nesse sentido, conclui-se que práticas pedagógicas integradas e culturalmente situadas favorecem a formação de leitores críticos e sensíveis, reafirmando o potencial humanizador da literatura no contexto escolar.

Palavras-chave: Leitura literária. Oralidade. Escrita autoral. Letramento. Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A leitura literária constitui dimensão estruturante da formação escolar e humana, uma vez que possibilita ao sujeito ampliar sua compreensão de mundo, elaborar simbolicamente suas experiências e estabelecer diálogos com diferentes contextos históricos e culturais. No âmbito da educação básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, a literatura desempenha papel decisivo na consolidação das competências leitoras e na formação estética, ética e crítica dos estudantes. Contudo, apesar de sua reconhecida relevância, observa-se, no cotidiano escolar, um distanciamento progressivo dos

discentes em relação às práticas de leitura literária, frequentemente reduzidas a exercícios fragmentados de interpretação ou a atividades meramente avaliativas.

Esse afastamento não pode ser compreendido de forma isolada. Ele se articula a fatores pedagógicos, sociais e culturais que incidem sobre o processo de escolarização da leitura. Entre tais fatores, destacam-se a ênfase excessiva na decodificação em detrimento da fruição estética, a ausência de mediações significativas, a limitação do repertório literário ofertado e o uso acrítico das tecnologias digitais, que, embora ampliem o acesso à informação, nem sempre promovem experiências leitoras aprofundadas. Nesse contexto, a leitura tende a ser percebida como obrigação escolar, e não como prática social carregada de sentido, prazer e potencial formativo.

À luz da perspectiva dialógica de linguagem proposta por Mikhail Bakhtin (2003), compreende-se que o texto literário é espaço de interação entre vozes sociais, valores e ideologias. Ler, portanto, implica participar de um processo de construção de sentidos que ultrapassa a dimensão individual e se insere em práticas culturais historicamente situadas. Nessa mesma direção, Paulo Freire (2001) enfatiza que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, indicando que a formação de leitores críticos depende da articulação entre texto e realidade vivida. Assim, promover a leitura literária na escola requer práticas pedagógicas que reconheçam o estudante como sujeito histórico, capaz de interpretar, questionar e recriar os textos com os quais interage.

Ademais, conforme argumenta Antonio Candido (2011), a literatura constitui direito humano fundamental, pois exerce função humanizadora ao organizar emoções, ampliar a empatia e possibilitar o contato com múltiplas experiências de vida. Negar ou restringir o acesso sistemático à literatura implica limitar oportunidades de desenvolvimento sensível e crítico. Nesse sentido, a escola pública assume papel central na democratização do acesso ao texto literário, devendo assegurar condições para que a leitura seja vivenciada como experiência estética e formativa, e não apenas como instrumento de avaliação.

É nesse cenário que se insere o projeto Tecendo Leituras, desenvolvido em 2024 na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, no município de Lagoa Nova/RN, com estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A iniciativa emergiu da necessidade de ressignificar as práticas de leitura no espaço escolar, articulando leitura, escrita e oralidade em uma proposta contínua e interdisciplinar. Ao compreender a literatura como prática social, estética e política, o projeto buscou promover experiências leitoras significativas, nas quais os estudantes pudessem assumir protagonismo na construção de sentidos, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua inserção crítica no mundo letrado.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a experiência pedagógica desenvolvida, discutindo seus fundamentos teóricos, percurso metodológico e resultados alcançados. Ao socializar essa prática no âmbito do FIPED, pretende-se contribuir para o debate acadêmico acerca da formação de leitores nos anos finais do Ensino Fundamental, reafirmando o potencial transformador da leitura literária quando mediada de forma dialógica, humanizadora e culturalmente situada.

2. LEITURA LITERÁRIA, LINGUAGEM E HUMANIZAÇÃO: BASES EPISTEMOLÓGICAS DO PROJETO

A fundamentação teórica que sustenta o projeto Tecendo Leituras insere-se no campo dos estudos da linguagem e da educação literária, articulando contribuições da perspectiva sociointeracionista, da pedagogia crítica e da teoria literária de orientação humanista. Parte-se do pressuposto de que a leitura não constitui habilidade neutra ou meramente técnica, mas prática social historicamente situada, atravessada por relações de poder, valores culturais e processos identitários. Nesse sentido, a literatura, enquanto linguagem estética, assume papel formativo singular, pois amplia horizontes de compreensão e possibilita ao sujeito experimentar outras formas de existência.

A opção por uma abordagem dialógica e humanizadora decorre da necessidade de superar práticas escolares centradas exclusivamente na aferição de competências instrumentais. Defende-se, ao contrário, uma concepção de letramento literário que reconheça o estudante como sujeito ativo na produção de sentidos, capaz de dialogar com o texto, com o outro e consigo mesmo. Assim, esta seção organiza-se em duas subseções complementares: a primeira discute a linguagem e a leitura sob a perspectiva dialógica; a segunda aborda a literatura como direito humano e experiência formadora.

2.1 Linguagem, dialogismo e mediação pedagógica

A concepção de linguagem que orienta este trabalho ancora-se nas formulações de Bakhtin (2003), para quem a linguagem é essencialmente dialógica e social. O enunciado, unidade concreta da comunicação verbal, constitui-se na interação entre sujeitos historicamente situados, sendo atravessado por múltiplas vozes e posicionamentos ideológicos. Desse modo, a leitura não pode ser reduzida à decodificação de signos, pois envolve um processo ativo de interlocução, no qual o leitor responde, concorda, contesta e

ressignifica o texto.

No contexto escolar, essa perspectiva implica compreender o ensino da leitura como prática mediada, em que o professor assume papel fundamental na organização de situações dialógicas. A mediação pedagógica não se limita à explicação de conteúdos, mas consiste na criação de condições para que o estudante mobilize conhecimentos prévios, formule hipóteses interpretativas e desenvolva estratégias de compreensão. Nesse ponto, as contribuições de Isabel Solé (1998) são relevantes ao enfatizar que a aprendizagem da leitura envolve o ensino explícito de estratégias cognitivas e metacognitivas, tais como antecipação, inferência, verificação e síntese.

Entretanto, a dimensão estratégica, embora necessária, não é suficiente. A leitura escolar precisa ser também espaço de problematização da realidade. Sob essa ótica, Freire (2001) argumenta que a leitura da palavra deve estar articulada à leitura do mundo, pois somente assim o sujeito poderá compreender criticamente as condições sociais que o constituem. A prática leitora, portanto, assume caráter político, na medida em que possibilita ao educando perceber-se como agente histórico.

No projeto realizado, a mediação docente buscou integrar essas dimensões (estratégica, dialógica e crítica) por meio de rodas de conversa, círculos de leitura e atividades de recontação, nas quais os estudantes eram convidados a posicionar-se frente às narrativas. Tal dinâmica favoreceu a construção coletiva de sentidos, reafirmando a leitura como prática social compartilhada.

2.2 Literatura como direito humano e experiência humanizadora

A defesa da literatura como direito humano encontra fundamento na reflexão de Antonio Candido (2011), que compreende a fruição literária como necessidade universal do ser humano. Para o autor, a literatura cumpre função humanizadora ao organizar sentimentos, expandir a imaginação e permitir o contato com diferentes perspectivas de mundo. Negar o acesso à literatura significa restringir a possibilidade de desenvolvimento pleno da subjetividade.

Essa compreensão desloca o ensino de literatura de uma perspectiva meramente conteudista para uma abordagem centrada na experiência estética. A leitura literária, nesse sentido, não se esgota na identificação de elementos estruturais do texto, mas envolve a vivência sensível da linguagem, o reconhecimento da alteridade e a ampliação da empatia. Ao entrar em contato com personagens, conflitos e contextos diversos, o leitor experimenta

simbolicamente realidades que ultrapassam sua experiência imediata.

A contação de histórias, conforme ressalta Busatto (2012), reativa a dimensão ancestral da literatura, aproximando tradição oral e escrita. Ao mobilizar corpo, voz e imaginação, essa prática fortalece vínculos afetivos com o texto e amplia as possibilidades de significação. No ambiente escolar, a oralidade literária contribui para o desenvolvimento da expressividade, da escuta atenta e da autoconfiança discente.

Desse modo, compreender a literatura como direito e experiência implica reconhecer seu papel na formação ética e cultural dos estudantes. Ao promover o contato sistemático com obras literárias diversas, a escola cumpre função democratizadora, garantindo que sujeitos de diferentes origens tenham acesso a bens simbólicos historicamente valorizados. No âmbito do projeto Tecendo Leituras, essa perspectiva materializou-se na seleção plural de textos e na valorização das produções autorais dos estudantes, reafirmando a literatura como espaço de criação, pertencimento e emancipação.

Assim sendo, a articulação entre dialogismo, mediação pedagógica e humanização literária sustenta, portanto, a base epistemológica do projeto Tecendo Leituras, pois ao integrar tais fundamentos, reafirma-se a leitura literária como prática estética, ética e política, capaz de contribuir para a formação integral do sujeito nos anos finais do Ensino Fundamental.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: CONFIGURAÇÃO, SUJEITOS E DINÂMICAS DA EXPERIÊNCIA

O presente estudo caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido no âmbito da prática docente em Língua Portuguesa, com turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, localizada no município de Lagoa Nova/RN, ao longo do ano letivo de 2024. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por privilegiar a compreensão dos processos formativos vivenciados pelos estudantes, considerando suas interações, produções discursivas e modos de participação nas atividades propostas. Mais do que mensurar resultados quantitativos, buscou-se interpretar as transformações observadas nas práticas de leitura, escrita e oralidade, à luz dos referenciais teóricos que fundamentam a proposta.

O projeto foi integrado ao planejamento anual da disciplina de Língua Portuguesa, articulando-se aos objetos de conhecimento previstos para cada ano escolar. A seleção das obras literárias contemplou diferentes gêneros, tais como: contos, crônicas, poemas,

narrativas juvenis e buscou assegurar diversidade temática e cultural, ampliando o repertório estético dos estudantes. A escolha dos textos considerou critérios como pertinência etária, potencial dialógico e possibilidade de articulação com questões sociais contemporâneas. Tal curadoria literária foi compreendida como ato pedagógico intencional, orientado pela concepção de literatura enquanto direito e experiência humanizadora.

As práticas desenvolvidas privilegiaram a mediação docente como eixo estruturante do processo formativo. A leitura foi vivenciada em múltiplas modalidades (silenciosa, compartilhada, dramatizada e performática), de modo a contemplar diferentes estilos de aprendizagem e a favorecer a participação ativa dos estudantes. As rodas de conversa configuraram-se como espaço privilegiado de construção coletiva de sentidos, permitindo que os discentes explicitassem interpretações, estabelecessem relações intertextuais e articulassem o texto literário às suas vivências. A contação e a recontação de histórias, por sua vez, mobilizaram recursos expressivos como entonação, gestualidade e ritmo narrativo, fortalecendo a oralidade e a dimensão estética da experiência leitora.

Paralelamente às atividades de leitura, foram propostas produções textuais autorais, individuais e coletivas, que possibilitaram aos estudantes experimentar o lugar de autores. A escrita foi concebida como prática processual, envolvendo momentos de planejamento, textualização, revisão e reescrita, com acompanhamento sistemático da professora-mediadora. Releituras artísticas, por meio de ilustrações, quadrinhos, confecção de fantoches e registros audiovisuais, ampliaram as formas de apropriação das narrativas, integrando múltiplas linguagens ao trabalho com a literatura. O uso de tecnologias digitais foi incorporado como estratégia de registro e socialização das produções, favorecendo o protagonismo juvenil e a circulação das práticas leitoras para além da sala de aula.

A avaliação assumiu caráter formativo e contínuo, centrando-se na observação do envolvimento discente, na progressão da fluência leitora, na ampliação vocabular, na qualidade argumentativa das participações orais e na organização textual das produções escritas. Como culminância do percurso, realizou-se o evento denominado “Chá Literário”, no qual os estudantes apresentaram dramatizações, declamações e narrativas autorais à comunidade escolar. Esse momento configurou-se não apenas como encerramento simbólico do projeto, mas como espaço de validação social das aprendizagens construídas, reafirmando o sentido coletivo e dialógico da experiência formativa desenvolvida ao longo do ano letivo.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: IMPACTOS FORMATIVOS E RESSIGNIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS LEITORAS

A análise dos resultados do projeto Tecendo Leituras evidencia transformações qualitativas no modo como os estudantes passaram a se relacionar com a leitura literária ao longo do ano letivo de 2024. Inicialmente, observava-se certa resistência às práticas de leitura mais extensas e interpretativas, marcada por insegurança quanto à compreensão textual e por participação limitada nas discussões orais. À medida que as atividades foram sendo desenvolvidas de forma sistemática e dialógica, percebeu-se aumento progressivo do engajamento discente, expresso tanto na assiduidade às atividades quanto na ampliação das intervenções durante as rodas de conversa. A leitura deixou de ser compreendida exclusivamente como tarefa escolar obrigatória e passou a ser vivenciada como experiência compartilhada e significativa.

No que se refere à compreensão leitora, constatou-se avanço na capacidade de inferência, na identificação de elementos estruturais das narrativas e na articulação entre texto e contexto. Os estudantes passaram a mobilizar com maior autonomia estratégias interpretativas, estabelecendo relações intertextuais e formulando posicionamentos críticos diante das temáticas abordadas. Esse movimento corrobora a perspectiva dialógica de Bakhtin (2003), segundo a qual o sentido se constrói na interação entre vozes. As discussões coletivas favoreceram a circulação de múltiplas interpretações, ampliando o horizonte de compreensão e reforçando a leitura como prática social.

No campo da escrita autoral, observaram-se progressos na organização composicional dos textos, na ampliação vocabular e na coesão discursiva. As produções iniciais, marcadas por estruturas narrativas mais simplificadas, evoluíram para textos com maior densidade temática e elaboração linguística. A prática de revisão e reescrita, conduzida de forma orientada, contribuiu para o desenvolvimento da consciência linguística e para a compreensão da escrita como processo. Tal avanço dialoga com a concepção de mediação defendida por Isabel Solé, ao evidenciar que o ensino explícito de estratégias favorece a autonomia do aprendiz.

A oralidade constituiu outro eixo de destaque nos resultados obtidos. As atividades de contação e recontação de histórias promoveram ganhos na expressividade, na entonação e na segurança ao falar em público. Estudantes que inicialmente demonstravam retraimento

passaram a participar ativamente das dramatizações e apresentações, indicando fortalecimento da autoconfiança e do protagonismo juvenil. A dimensão performática da literatura aproximou texto e corpo, resgatando a tradição oral e reafirmando, conforme destaca Cléo Busatto (2012), o potencial formativo da narrativa oral no desenvolvimento da sensibilidade e da escuta.

O evento culminante, denominado Chá Literário, configurou-se como espaço de síntese e validação social das aprendizagens construídas. Ao apresentarem suas produções à comunidade escolar, os estudantes experimentaram reconhecimento público de seu percurso formativo, consolidando o sentimento de pertencimento ao universo letrado. Sob a ótica da literatura como direito humano, defendida por Antonio Candido (2011), tal experiência reafirma o papel da escola na democratização do acesso à fruição estética e à expressão criativa. Em síntese, os resultados indicam que a articulação entre leitura, escrita e oralidade, quando orientada por fundamentos dialógicos e humanizadores, promove não apenas avanços cognitivos, mas também transformações subjetivas e sociais significativas no processo de formação leitora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LEITURA LITERÁRIA COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA E TRANSFORMADORA

A experiência desenvolvida por meio do projeto Tecendo Leituras reafirma a centralidade da leitura literária na formação integral dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Ao longo do percurso pedagógico, tornou-se evidente que práticas sistemáticas, mediadas e culturalmente situadas são capazes de ressignificar a relação dos discentes com o texto literário, deslocando-o do lugar de mera exigência curricular para o campo da experiência estética, crítica e subjetiva. A leitura, quando compreendida como prática social dialógica, amplia não apenas competências linguísticas, mas também horizontes de interpretação e modos de inserção no mundo.

Os resultados observados indicam que a articulação entre leitura, escrita e oralidade potencializa aprendizagens duradouras, especialmente quando fundamentada em princípios que reconhecem o estudante como sujeito ativo na construção de sentidos. A mediação docente, ancorada em referenciais como os de Bakhtin (2003) e Freire (2001), mostrou-se decisiva para fomentar práticas dialógicas, nas quais a interpretação textual emergiu do confronto produtivo entre diferentes vozes e experiências. Nesse contexto, a sala de aula configurou-se como espaço de interlocução, escuta e problematização, fortalecendo a

dimensão crítica da formação leitora.

Do ponto de vista da formação estética e ética, o projeto evidenciou a pertinência da concepção de literatura como direito humano, conforme defendido por Antonio Candido (2011). Ao garantir o acesso contínuo a obras literárias diversas e ao valorizar a produção autoral dos estudantes, a escola cumpriu sua função democratizadora, promovendo o contato com bens simbólicos historicamente valorizados. A vivência da literatura como experiência sensível favoreceu o desenvolvimento da empatia, da imaginação e da consciência de si e do outro, elementos indispensáveis à constituição de sujeitos críticos e socialmente comprometidos.

Além disso, a integração entre múltiplas linguagens (verbal, oral, corporal e digital) demonstrou que o ensino de literatura pode dialogar com as culturas juvenis contemporâneas sem abrir mão do rigor formativo. O protagonismo assumido pelos estudantes no evento culminante evidenciou que a aprendizagem ganha sentido quando ultrapassa os limites da sala de aula e alcança a comunidade escolar, conferindo visibilidade e reconhecimento social às produções discentes. Tal movimento reforça a ideia de que a escola deve constituir-se como espaço de circulação cultural e de legitimação da voz juvenil.

Em síntese, a experiência adquirida com a realização do referido projeto permite afirmar que práticas pedagógicas intencionalmente planejadas, fundamentadas teoricamente e comprometidas com a humanização do ensino, podem contribuir significativamente para a formação de leitores autônomos, críticos e sensíveis. Ao socializar este relato no âmbito do FIPED, pretende-se colaborar com o debate acadêmico sobre educação literária, reafirmando que a literatura, quando vivenciada como direito e experiência transformadora, constitui potente instrumento de emancipação intelectual e social nos anos finais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pós-Graduação em Pedagogia